

MERCOSUL - UMA NOVA FRONTEIRA

Paulo Ricardo Feistel*

RESUMO: Este artigo realiza uma análise breve do processo acelerado de globalização e de formação dos blocos econômicos, em especial o Mercosul, verificando o comportamento do comércio no processo de integração e a adaptação da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul como participante efetivo da integração regional.

Palavras-chaves: Mercosul-Rio Grande do Sul-Exportações

1.Introdução

Os meados anos 90 poderão trazer novas esperanças para a economia do Rio Grande do Sul. Após um início de década marcado por um quadro fortemente recessivo e ainda trazendo a herança da chamada década perdida, a economia brasileira, como um todo, parece vir reagindo a mais uma tentativa de estabilização, com o Plano Real, e apresenta sintomas de que poderá inaugurar um novo ciclo de crescimento. Além do mais, as recentes tendências de globalização da economia mundial, que vieram afetar de modo particular a economia brasileira no final dos anos 80 e especialmente no início dos anos 90, virão por certo trazer enormes impactos sobre todo o espaço nacional.

Dentro deste amplo processo de internacionalização por que vem passando praticamente todas as economias nacionais, um fenômeno até certo ponto contraditório merece especial registro: o da formação de blocos regionais de comércio, que pode ser visto ao mesmo tempo como uma tentativa de alguns países se protegerem contra a rapidez da globalização ou como uma preparação para o mais rápido ingresso de suas economias numa ordem internacional, que evolui de forma inexorável e da qual não há como fugir.

O fenômeno da globalização, é bom ressaltar, vem sendo acompanhado por outras mudanças importantes tanto na esfera internacional quanto na nacional: vem provocando uma aceleração dos processos de abertura comercial em todo o mundo, inclusive nas nações menos industrializadas, vem obrigando cada nação a adotar mecanismos de desregulamentação em suas economias e a assumir ousadas iniciativas de privatização, entregando ao mercado a operação de muitas das principais indústrias do país antes nas mãos do Estado (Galvão, 1997 p.49).

* Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM. Mestre em Economia pela UFPE.

Neste contexto de rápidas e intensas mudanças, as tentativas de integração econômica dos países do Cone Sul fazem parte, sem dúvida, de um movimento que é de coexistência com o fenômeno da globalização é também um expediente, talvez inteligentemente encontrado, para dar tempo à consolidação de processos de grande complexidade e dos quais não se conhecem com exatidão os resultados no futuro.

Nesta perspectiva, este artigo pretende, de uma forma muito breve, discutir a importância do Mercosul para o Brasil e, especialmente, destacar os seus possíveis impactos sobre a economia do Estado do Rio Grande do Sul.

2. O Mercosul e o Brasil

São muito antigas as aspirações de integração dos países latino-americanos, mas somente nos anos 50, graças as iniciativas da Comissão de Estudos para a América Latina – CEPAL -, tem início um verdadeiro processo de aproximação política e econômica das nações dos continentes sul e centro-americano.

As iniciativas integracionistas da CEPAL visavam pelo menos dois grandes objetivos: ampliar os vínculos comerciais das nações latino-americanas, que padeciam dos males resultantes da estreiteza de seus mercados internos e assegurar uma inserção mais favorável dessas nações na economia mundial.

A Associação Latino Americana de Livre Comércio - ALALC - criada em 1960, embora tenha sido um marco histórico de grande importância, fracassou na consecução dos seus objetivos primordiais porque não foi capaz nem de criar vínculos políticos mais profundos entre os estados, nem de ampliar, de forma significativa, o comércio inter-regional. Vale notar, porém, que o ambiente em que se encontravam as nações latino-americanas nos anos 60 e 70 era claramente desfavorável a quaisquer iniciativas de integração. Além de enfrentarem conjunturas extremamente desfavoráveis no âmbito externo - os dois “choques” do petróleo dos anos 70, o choque dos juros e do endividamento - a América Latina quase toda foi vitimada por agudas crises de instabilidade política e macroeconômica, que redundaram em constantes mudanças de governos e no ressurgimento de fortes sentimentos nacionalistas.

A criação da Associação Latino Americana de Integração - ALADI, em 1980, em substituição à ALALC, representou um outro marco fundamental no processo de aproximação das economias Latino-americanas, mas com outras bases e com muito mais chances de sucesso.

Partindo de objetivos e metas mais realistas e flexíveis, a ALADI já surge com a convicção de que a integração é um processo difícil e que exige um longo período de aprendizagem.

Dentro dessa perspectiva, a ALADI tenta gerar um processo de integração não mais necessariamente em escala continental, mas sim estimulando a integração do continente por etapas, apoiando iniciativas sub-regionais de aproximação.

O Tratado de Montevideu, que criou a ALADI, já nasce prevendo a formação de diversos blocos sub-regionais de integração, através de acordos regionais, dos quais resultaram a criação de várias associações de países, como o Mercado Comum Centro americano - o MCCA, o Mercado Comum dos Países Andinos - GRAN, os países do Caribe - CARICON e o próprio Mercosul.

Essa mudança na filosofia da CEPAL foi fruto tanto de alterações significativas nos cenários externos e internos quanto de novas percepções com respeito ao fenômeno da globalização.

Em primeiro lugar, vale destacar o consenso a que haviam chegado quase todos os economistas latino-americanos em relação ao esgotamento do “modelo” de industrialização via substituição de importações. Este consenso levou a uma busca por uma nova estratégia de crescimento econômico, agora não mais unicamente ou principalmente centrada na produção para o próprio mercado interno de cada país. Um outro aspecto importante que veio facilitar os novos esforços integracionistas nos anos 80, foi a onda de democratização ocorrida no continente, com a conseqüente desmilitarização de seus governos.

Tal fato propiciou o término de velhas rivalidades que eram alimentadas desde o período colonial e que, na prática, impediram que se cultivassem os laços de solidariedade entre as nações vizinhas, necessários ao desenvolvimento de iniciativas baseadas na cooperação e na harmonização de interesses.

Um terceiro fator também muito importante, foi a verificação de que, enquanto várias partes do mundo ampliavam suas relações comerciais, através das trocas de bem e serviços e de tecnologia, a maioria das nações da América Latina havia testemunhado um enorme fechamento das suas economias, transacionando menos com o resto do mundo e com o próprio continente no ano de 1980, do que o faziam há 30 ou 40 anos atrás.

Por fim, e talvez mais importante que tudo, merecem registro as profundas alterações que estavam ocorrendo no cenário mundial.

De um lado, o mundo estava assistindo à proliferação cada vez maior, de iniciativas de constituição de blocos regionais de comércio e, de

modo particular, o enorme sucesso da experiência dos países europeus, ao se transformarem, em pouco mais de 30 anos, de uma simples área de livre comércio em uma avançada união econômica e política, promovendo, inclusive, a incorporação de várias nações da Europa de níveis de desenvolvimento intermediário.

Por outro lado, presenciava-se não somente uma extraordinária aceleração dos movimentos internacionais de bens, serviços e capitais, como também uma fantástica intensificação e disseminação do progresso tecnológico.

Fica fácil inferir, assim, que poucas chances teriam as nações da América Latina que não a de estabelecer uma nova estratégia de crescimento, agora orientada para uma maior abertura à economia mundial e à sua inserção progressiva, mas irreversível no contexto internacional.

Esta nova postura dos governos latino-americanos, porém, levou ao desenvolvimento da idéia de que era necessária, antes de tudo, uma etapa de transição: a abertura das economias latino-americanas seria realizada, sim, mas teria precedência o fortalecimento de iniciativas regionais de integração voltadas para o próprio continente.

Tem início, assim, a prática do que veio a ser chamado de “regionalismo aberto”, pela CEPAL, que consiste, essencialmente, a) numa resposta às duas tendências mundiais de globalização de mercados e de formação de blocos regionais de comércio; b) numa busca de alternativas de crescimento não mais baseadas numa praticamente fracassada estratégia de industrialização via substituição de importações; c) num esforço para influir no processo de inserção dos países latino-americanos na economia mundial; e d) no reconhecimento de que a atuação em blocos regionais pode ser uma estratégia eficiente e eficaz para enfrentar melhor os desafios da própria globalização e das pressões das nações industrializadas, (CEPAL, 1994).

As primeiras evidências disponíveis, que cobrem os cinco anos iniciais da vigência do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, sugerem que essa associação tem sido um grande sucesso tanto em termos do significativo avanço no âmbito das relações comerciais, quanto no dos investimentos recíprocos e no das iniciativas de coordenação e harmonização de políticas.

Do ponto de vista do intercâmbio comercial, e considerando a economia do país como um todo, observa-se que o Mercosul se tornou o destino de maior crescimento das exportações brasileiras, pois estas, que não representavam mais do que 4,4% do Comércio Exterior do Brasil, no ano de 1990, já haviam ultrapassado os 15% no início de 1996 (Galvão, 1977, p.59).

Por outro lado, as relações comerciais entre os parceiros brasileiros do Mercosul vêm registrando não somente uma substancial expansão, mas também uma melhoria qualitativa na natureza do intercâmbio, à medida que, na pauta de exportações do Brasil (e também da Argentina) estão cada vez mais presentes produtos de alto valor agregado, em que se destacam os automóveis, as autopeças, os produtos eletrônicos, as máquinas e equipamentos agrícolas, produtos de indústria láctea, os bens químicos e siderúrgicos, o papel, a celulose e uma grande variedade de bens de capital.

Além de relações puramente comerciais, o Mercosul tem propiciado, ainda, uma série de outros benefícios. Inúmeras iniciativas conjuntas, na área de fusões e *joint ventures*, já foram realizadas ou estão em andamento e grandes projetos de abrangência regional nos setores de transportes (ferrovias, rodovias e hidrovias) e de recursos energéticos (petróleo, gás natural, carvão e geração e distribuição de eletricidade) estão em vias de concretização ou em avançado estágio de negociação (Galvão, 1997, p55).

Para concluir, vale ainda ressaltar que a criação do Mercosul vem propiciando aos países membros um novo status nas suas relações com a comunidade internacional. Por ter personalidade jurídica própria, adquirida após a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, o Mercosul aumentou o poder de barganha de cada país do Cone Sul nas negociações internacionais, fazendo valer com mais força do que teria cada país individualmente, os seus interesses nos fóruns políticos mundiais (Lima e Araújo, 1996,p 66).

3. O MERCOSUL e a Economia do Rio Grande do Sul

Num país de dimensão continental e com regiões tão diferentes nas suas dotações de recursos, é natural esperar que sejam muito diferenciados os impactos do Mercosul no território nacional. De igual forma é natural esperar que a crescente abertura das economias em integração, ao exigir amplas reestruturações em seus setores produtivos, provoque reações tanto favoráveis quanto contrárias ao aprofundamento dessa integração.

Não deixa de ser curioso, por exemplo, constatar manifestações tão díspares quanto as de certos segmentos empresariais e políticos dos estados nordestinos e os da região Sul do país. No Nordeste, logo após a criação do Mercosul, eram comuns os argumentos de que esta região pouco se beneficiaria da associação do Brasil com os países do Cone Sul, sob a alegação de que a grande distância entre os mercados dessas áreas geográficas dificultaria a competitividade de seus produtos vis-à-vis os dos outros estados do país. No caso dos estados sulinos, por sua vez, os argumentos tomavam o sentido exatamente oposto: a proximidade física de seus vizinhos, tornaria muito mais vulnerável à concorrência alguns setores importantes de estados como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina -

especialmente aqueles setores nos quais fossem mais óbvias as suas desvantagens competitivas em relação aos parceiros do Mercosul.

Tabela 1 - BRASIL - EXPORTAÇÕES TOTAIS E PARA O MERCOSUL, POR ESTADOS-1994 (US\$ 1.000 FOB)

Regiões/Estados	Exportações para o MERCOSUL	%	Exportações Totais	%
NORTE	45.848	0,81	2.078.564	4,87
Acre	-	-	4.146	0,01
Rondônia	4.003	0,07	36.527	0,09
Amazonas	15.043	0,27	133.950	0,31
Pará	24.216	0,43	1.820.771	4,27
Amapá	2.576	0,05	73.815	0,17
Roraima	10	0,00	5.633	0,01
Tocantins	-	-	3.722	0,01
CENTRO-OESTE	37.028	0,66	1.119.233	2,62
Mato Grosso	1.491	0,03	466.033	1,09
Mato G. do Sul	15.622	0,28	289.840	0,68
Goiás	19.912	0,35	353.051	0,83
Distr. Federal	3	0,00	10.309	0,02
NORDESTE	312.300	5,55	3.502.854	8,21
Maranhão	34.542	0,61	575.719	1,35
Piauí	413	0,01	53.669	0,13
Ceará	30.740	0,55	334.861	0,78
R. G. do Norte	2.133	0,04	86.729	0,20
Paraíba	3.136	0,06	83.646	0,20
Pernambuco	44.579	0,79	372.737	0,87
Alagoas	11.999	0,21	240.949	0,56
Sergipe	3.752	0,07	33.957	0,08
Bahia	181.006	3,22	1.720.587	4,03
SUDESTE	4.011.935	71,29	25.048.786	58,68
São Paulo	3.045.675	54,12	14.749.033	34,55
Rio de Janeiro	377.070	6,70	2.304.825	5,40
Espírito Santo	122.903	2,18	2.301.552	5,39
Minas Gerais	466.287	8,29	5.693.376	13,34
SUL	1.220.412	21,69	10.938.676	25,62
Paraná	360.493	6,41	3.506.749	8,21
Santa Catarina	288.337	5,12	2.404.814	5,63
R. G. do Sul	571.582	10,16	5.027.113	11,78
TOTAL	5.627.523	100,00	42.688.113	100,00

FONTE: SECEX/DTIC/MICT, Apud Mendes (1996).

A tabela 1 mostra que as regiões meridionais do Brasil são aquelas por onde se processa a grande maioria do comércio do Mercosul, já que de todas as exportações do país para as três nações do Cone Sul, 93% foram realizadas pelos estados do Sul e do Sudeste. Registre-se o fato de que o estado mais desenvolvido do país, São Paulo, foi responsável, sozinho, por mais de 54% das exportações brasileiras para o Mercosul, no ano de 1994, e que o Rio Grande do Sul veio em seguida, com uma contribuição superior aos 10%.

Atenção especial merece o fato de que o Rio Grande do Sul sozinho exportou o equivalente a quase o dobro das exportações de todos os nove estados nordestinos; que o Paraná também exportou mais do que toda a Região Nordeste; e que até as exportações de Santa Catarina praticamente se igualaram ao montante exportado pelos citados estados do Nordeste - uma clara evidência da importância que o fator distância exerce no comércio internacional, como já sugerido acima.

Os dados acima sugerem claramente que serão os estados meridionais os mais afetados com a integração do Brasil com os demais países do Cone Sul.

Avaliações preliminares sobre os impactos do Mercosul sobre a economia do Rio Grande do Sul revelam a ocorrência de dois tipos de impactos: um talvez de ordem negativa - incidente sobre a agricultura gaúcha; outro provavelmente positivo, no que se refere ao setor industrial.

A agropecuária gaúcha, conforme mostram os trabalhos de Jank (1992), Brum (1993) e Regunada (1989), deverá sofrer um amplo e profundo processo de reestruturação, tendo em vista que os seus níveis de produtividade são inferiores aos dos seus concorrentes do Cone Sul, especialmente se comparados com os da Argentina.

Os seguintes produtos gaúchos - que apresentam uma clara inferioridade competitiva com o Mercosul - serão provavelmente os mais afetados: trigo, milho, arroz, cevada, uva, maçã, pêsego, alho, batata, cebola, girassol, carne e queijo.

Por outro lado, a expectativa geral entre os segmentos técnicos e empresariais do Rio Grande é a de que o setor industrial gaúcho poderá ser largamente beneficiado com a integração, por contar com indústrias mais eficientes, especialmente aquelas que já operavam em escala nacional.

A tabela 2 apresentada a seguir, revela que a pauta das exportações gaúchas para a Argentina, em analogia aos demais países do Mercosul é bem variada - muito mais do que a do Estado para com os seus parceiros da Europa e dos Estados Unidos - registrando uma presença importante de produtos industrializados.

A tabela abaixo destaca que as exportações dos principais produtos do Rio Grande para a Argentina e de modo analógico para os demais países do Mercosul, mostrando o grau de diversificação alcançado pelos gaúchos nos mercados do Cone Sul, e a forte participação da indústria química e seus derivados, de máquinas e equipamentos agrícolas, de ônibus, peças e acessórios para veículos, de produtos siderúrgicos, de calçados, pasta química de madeira e de diversos produtos da indústria de bens duráveis de consumo, como aparelhos de ar-condicionado e máquinas de lavar roupa.

Tabela 2 - RIO GRANDE DO SUL EXPORTAÇÕES PARA A ARGENTINA POR PRODUTO-1995

PRODUTOS	VALOR (US\$ 1000)	PARTICIPAÇÃO %
POLIETILENO	62.242	17,09
COLHETADEIRAS	16.813	4,62
BUTADIENO	13.002	3,57
REBOQUES P/TRANSPORTE	10.824	2,97
PASTA QUIMICA	9.103	2,50
FUMO	8.399	2,31
ETILBENZENO	6.995	1,92
BENZENO	6.175	1,70
ÔNIBUS	5.815	1,60
PEÇAS P/ AUTOMÓVEIS	5.398	1,48
CARNE DE GALINHA	5.327	1,46
CARNE DE SUÍNO	5.192	1,43
FERRO FUNDIDO	4.576	1,26
MÓVEIS DE MADEIRA	4.326	1,19
PREPARAÇÃO P/CONSERVA	4.069	1,12
OUTROS	195.846	53,78
TOTAL	364.105	100,00

Fonte: CACEX- FEE

É necessário reconhecer, todavia, que praticamente todos os setores produtivos da economia do Rio Grande do Sul sofrerão com mais ou menos intensidade a concorrência de seus parceiros do continente.

A intensificação dessa concorrência poderá levar, em alguns casos, a alguma desarticulação de certos segmentos produtivos da economia gaúcha - a triticultura talvez seja o caso mais flagrante - mas não resta dúvida de que também deverá provocar avanços significativos em outras áreas da economia do Estado e não somente no que diz respeito àqueles setores já mais competitivos.

Como, em muitos casos, os diferenciais de produtividade dos bens gaúchos, em relação aos seus parceiros, não são muito elevados, espera-se que a simples ameaça da concorrência, seja capaz de produzir um efeito de emulação positiva nos empresários do Rio Grande do Sul, provocando

neles uma saudável corrida para a introdução de novas tecnologias e de novos processos de gestão - cujos resultados propiciarão, por certo, uma alavancagem no crescimento da economia do estado.

Há ainda um aspecto de grande relevância que deve ser enfatizado no processo de integração ora em curso no Mercosul. Como já sugerido em várias passagens deste artigo, a integração do Brasil com os países do Cone Sul deverá gerar significativos impactos dinâmicos associados à reestruturação produtiva que deverá ser procedida tanto na área agrícola quanto na industrial. No caso especial dos estados sulinos, e talvez ainda de forma particular no estado do Rio Grande do Sul, o aprofundamento da integração deverá propiciar o surgimento de novos padrões de especialização e de divisão do trabalho, e essas reestruturações deverão produzir tantos impactos “destrutivos” quanto “construtivos”.

Porém, segundo alguns estudos recentes, um fator em operação no processo da integração sul-americana está atuando de uma maneira tal que poderá reduzir substancialmente o custo do ajustamento a que inevitavelmente teriam de se submeter as economias vizinhas do Cone Sul. Trata-se, aqui, da atuação das empresas transnacionais, que estariam implementando estratégias de produção e de comercialização a partir do Mercosul através de ações concertadas em nível regional. Essas empresas, sejam estrangeiras ou de capital nacional, estariam utilizando uma estratégia de segmentação da produção entre os países membros do Mercosul, e realizando um comércio do tipo intra-industrial, que consiste na especialização e no intercâmbio de linhas diferentes de produtos e de matéria primas - valendo-se de suas posições líderes nos seus respectivos mercados nacionais.

São muitos os exemplos de que tais estratégias já estariam se materializando, destacando-se, de modo especial, no que diz respeito aos alimentos processados (caso da Parmalat, Sadia e outras), aos têxteis e aos calçados, aos eletrodomésticos, a alguns bens de capital, aos materiais eletrônicos, à indústria farmacêutica e, talvez, mais que todas, às montadoras de veículos e aos fabricantes de autopeças (Hirst et alii, 1994, Motta Veiga, 1992 e Galvão, 1997, p.53).

De toda sorte, quaisquer que sejam os impactos do Mercosul sobre a economia do Rio Grande do Sul no longo prazo, a intensificação do intercâmbio desse estado com os seus vizinhos do Cone Sul já é um fato incontestável. É suficiente assinalar a esse respeito, a extraordinária mudança nas posições da Argentina, do Uruguai e do Paraguai na classificação dos principais parceiros do Rio Grande do Sul. Destaque especial merece a Argentina, que, de décimo terceiro parceiro comercial do Rio Grande, no ano de 1990, assume o segundo posto em 1995, sendo superado apenas pelos Estados Unidos. O Uruguai também avançou na sua

pontuação, ao passar de décimo primeiro lugar para o oitavo parceiro do Rio Grande do Sul, enquanto o Paraguai ascende para a nona posição, de um longínquo décimo sexto participante das exportações gaúchas¹.

Em suma, apesar da existência, ainda, de muitas pendências não resolvidas na área da liberação comercial de interesse dos setores produtivos gaúchos e a despeito de todas as reestruturações em curso na economia riograndense, a expectativa geral é de que o aprofundamento da integração com o Mercosul poderá trazer um novo impulso à economia gaúcha, tornando-a mais produtiva e menos vulnerável às oscilações da conjuntura internacional.

4. Conclusão

A globalização não é um evento inédito, mas de um processo que ocorre com avanços e retrocessos e que se manifesta há décadas.

Para muitos países, a globalização talvez tenha mais um sentido ameaçador. A formação dos atuais blocos regionais de comércio, como o Mercosul, o NAFTA e outros procuram, através de estratégias regionais, proteger os produtos dos países membros com receio de que setores produtivos sejam destruídos pela falta de competitividade ao enfrentar o mercado externo, principalmente porque esse processo tornou-se mais rápido e agressivo graças aos extraordinários avanços das comunicações internacionais.

Neste contexto, a economia do Rio Grande do Sul tenta adaptar sua cadeia produtiva procurando minimizar as perdas em alguns produtos do setor primário onde é menos competitiva e maximizar seus ganhos em outros, na expectativa de que o processo de integração do Brasil aos outros países do Cone Sul traga um impulso à economia gaúcha.

Referências Bibliográficas

BRUM, Argemiro L. **“Mercosul”**: As Dificuldades de uma Integração e os Impactos Econômicos Sobre as Cadeias de Produção de Trigo, Soja, Milho e Aves. Ijuí, 1993. Centro de Estudos Sócio -Econômicos.

CEPAL. **El Regionalismo Abierto en America Latina y el Caribe – La Integracion Economica al serviço de la Trasformacio Productiva com Equidade.** Santiago del Chile, 1994. CEPAL/ONU

¹ Fonte: Mendes

GALVÃO, Olímpio de Arroxelas. **Tendências Recentes do Comércio Internacional: Impactos sobre o Brasil e a Região Nordeste.** PIMES/BNB, 1997. Mimeo

LIMA FLORÊNCIO, S.A. e ARAÚJO, E.M.F. **Mercosul Hoje.** , São Paulo:Alfa-Omega, 1996.

MENDES, Constantino C. **Efeitos do Mercosul no período de Transição – Hipóteses, Alternativas e Cenários.** Brasília, março/1992. IPEA, Texto para Discussão n 269.

REGUNAGA, M. **Integracion Argentina-Brasil y su Impacto en el Sector Agropecuario: Competência Predatória, Políticas de Complementation y Políticas Comunes Frente a Terceros Mecados.** In: I SEMINÁRIO DE INTEGRÇÃO SUL-AMERICANA, 1989, Porto Alegre. Anais.